

9 — Tendo em vista um maior profissionalismo e capacidade crítica dos elementos constituintes do grupo de acompanhamento das montas, deverão os mesmos ter preferencialmente formação em comunicação gráfica *multimedia* e vitrinismo.

10 — O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura e revoga o despacho n.º 6851/2002 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 3 de Abril de 2002.

28 de Setembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Inspeção-Geral do Trabalho

Despacho n.º 21 500/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Janeiro de 2005, nos termos e ao abrigo do estabelecido no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, foi determinado o início de procedimento tendente ao recrutamento de titular para o cargo de director de serviços de Apoio à Gestão, do quadro de pessoal do ex-IDICT, cargo que se encontrava em regime de substituição.

1 — Tendo sido publicado o anúncio legalmente previsto na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias*, de 16 de Fevereiro de 2005, foram rececionadas seis candidaturas.

2 — Atentos os requisitos legais estabelecidos no artigo 20.º da referida Lei n.º 2/2004, estabeleceram-se os critérios da análise curricular, bem como da entrevista profissional de selecção.

3 — Analisadas as candidaturas e efectuadas as entrevistas aos candidatos admitidos, verificou-se que a candidata Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar, em termos de competência técnica e de aptidão para o exercício de funções de coordenação e direcção, juntamente com a sua capacidade psíquica, revelou possuir o perfil mais adequado ao pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos da Inspeção-Geral do Trabalho.

4 — A licenciada Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar, além de possuir uma larga experiência no desempenho de funções na área da administração do trabalho, demonstrou ter experiência no exercício de funções de direcção intermédia do 1.º grau, nomeadamente no cargo de directora de serviços de Administração e Gestão da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

5 — Assim, nos termos e ao abrigo dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugados com o n.º 4 do artigo 37.º da mesma lei, nomeio a licenciada Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar para o cargo de directora de serviços de Apoio à Gestão.

Nos termos dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação é feita em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, e produz efeitos à data da publicação do despacho de nomeação no *Diário da República*.

29 de Agosto de 2005. — O Inspector-Geral, *Paulo Morgado de Carvalho*.

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome: Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar.
Naturalidade: freguesia da Glória, concelho e distrito de Aveiro.
Data de nascimento: 11 de Novembro de 1953.

2 — Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Económicas).

3 — Situação profissional actual — directora de serviços de Administração e Gestão da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, desde 1 de Abril de 2001, competindo-lhe a gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais.

4 — Funções anteriores na Administração Pública:

Início de funções públicas em 5 de Novembro de 1980 no então Ministério da Educação e Cultura como docente do ensino secundário (7.º grupo);

Assistente de 2.ª classe na Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho (Outubro de 1985 a Novembro de 1989) e assistente de 1.ª classe a partir de 27 de Novembro de 1989;

Colocada na Inspeção-Geral do Trabalho (IGT), no Centro Coordenador Regional do Centro da IGT, a partir de 16 de Novembro de 1989, passando a realizar auditorias internas aos serviços da IGT/IDICT;

Integrada no Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com a categoria de técnica superior de 1.ª classe e promovida à categoria de técnica superior principal, por despacho de 18 de Abril de 1994;

Colocada na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão do IDICT, a partir de 31 de Julho de 1996;

Requisitada para a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ), com efeitos a 15 de Janeiro de 2001 e, em 30 de

Março de 2001, transita para a carreira de inspector superior, sendo integrada na categoria de inspectora superior do quadro da IGSJ;

Transferida para o quadro de pessoal de inspecção do IDICT, com efeitos a 20 de Maio de 2002 e nomeada na categoria de inspectora superior principal do quadro de inspecção do ex-IDICT, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2004.

5 — Outras actividades:

Monitoragem de estágios e cursos de formação profissional no âmbito do direito do trabalho, direito administrativo e regime da função pública;

Técnica executora de acções do Projecto Integrado de Inspeção e Segurança no Trabalho, realizadas na República Popular de Angola, no âmbito do Acordo de Cooperação com os PALOP (1997 e 1998);

Membro de júris de concursos de pessoal e para cargos dirigentes; Integração em vários grupos de trabalho designados para a preparação de auditorias internas e para a revisão das carreiras do IDICT/IGT.

6 — Formação complementar — estágio de advocacia, tendo, ainda, frequentado vários cursos de formação e participado em diversos seminários, cujos temas se relacionam com direito do trabalho, auditoria, gestão de recursos humanos, área financeira (SIC e SRH), contratação pública e organização do trabalho.

Despacho n.º 21 501/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, no uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 17 377/2005 (2.ª série), de 22 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005, subdelego, sem prejuízo do poder de avocação, a competência para apreciar e emitir decisão sobre os requerimentos dos cidadãos estrangeiros que se pretendam regularizar no âmbito do artigo 71.º, n.º 7, do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril, nos dirigentes dos serviços regionais com competência inspectiva, no âmbito das respectivas áreas, a seguir indicados:

Delegada em Almada, Ana Maria Cerqueira Vilaverde;
Delegado em Aveiro, Mário José Dias dos Santos;
Delegado em Beja, Carlos Manuel da Fonseca Graça;
Delegado em Braga, Manuel Jacinto de Carvalho Nunes de Sá;
Delegado em Bragança, Rui Manuel Arrifana Rodrigues Pereira;
Delegada em Coimbra, Maria Amália de Carvalho Barreira Alves Correia;
Delegado na Covilhã, José Afonso Nogueira Ayres de Sá;
Delegado em Évora, Ana Isabel Respeita Canejo Machado;
Delegada em Faro, Eduarda Cristina Correia Canelas;
Delegado na Guarda, João Luís de Figueiredo Monteiro;
Delegado em Guimarães, António da Silva Pereira;
Delegada em Leiria, Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa;
Delegada em Lisboa, área inspectiva, Maria Isabel Fonseca Monteiro Pinheiro de Lima;
Delegada em Portalegre, Maria Adelaide da Rosa Simeão Godinho Russo;
Delegado no Porto, área inspectiva, José Soares de Pina;
Delegado em Santarém, Rui Manuel Ferreira Rodrigues Machado;
Delegada em São João da Madeira, Vanda Lia de Oliveira Amado Caramelo;
Delegado em Setúbal, Mário Rui Almeida e Costa;
Delegado em Viana do Castelo, Luís Loureiro de Castro;
Delegada em Vila Real, Susana Maria Rodrigues Duarte;
Delegada em Viseu, Domitília do Carmo Pires Carvalho Gomes;
Subdelegada no Barreiro, Maria de Fátima Cameirão Ramalho Pisco;
Subdelegada nas Caldas da Rainha, Catarina do Anjo Ganhão Sardinha;
Subdelegado em Castelo Branco, Joaquim Paulo Pintado Nunes;
Subdelegado na Figueira da Foz, João Alcino Gordo Dias;
Subdelegado em Lamego, Joaquim José Jorge da Silva;
Subdelegado em Penafiel, António das Neves Soares Ferreira;
Subdelegada em Portimão, Ana Maria Duarte Silva;
Subdelegado em Tomar, Pedro Nuno Pimenta Brás;
Subdelegada em Torres Vedras, Maria José dos Santos Vicente Madeira Tiago;
Subdelegada em Vila Franca de Xira, Esmeraldina Rita Ferro Péguinho;
Subdelegada em Vila Nova de Famalicão, Maria da Conceição Ferreira Henriques.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 12 de Março de 2005.

29 de Agosto de 2005. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 21 502/2005 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Agosto de 2005 do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., e de 14 de Setembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Maria Isabel Abreu Pereira, assistente administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte — transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, com efeitos a 1 de Setembro de 2005, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Despacho (extracto) n.º 21 503/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Setembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Ana Clara Antão Filipe Barreiras, técnica profissional de 2.ª classe de apoio ao ensino e investigação na Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design, nas Caldas da Rainha — nomeada definitivamente na categoria de técnico de 2.ª classe do quadro de pessoal do ex-IDICT, na sequência de estágio, com efeitos a 22 de Julho de 2005, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerada da anterior categoria e quadro com efeitos a partir da mesma data.

28 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Despacho (extracto) n.º 21 504/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Setembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Licenciado Luís Manuel Arraiano de Sousa Barriga, inspector-adjunto especialista principal do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho — nomeado definitivamente, precedendo reclassificação profissional, na categoria de inspector da carreira de inspector superior do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir de 18 de Agosto de 2005, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerado da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Despacho (extracto) n.º 21 505/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Setembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Licenciadas Maria Paula Lopes Sabino Flor Dias, Cecília Cristina Pinto Ferreira dos Santos, Maria Cristina Manso Gonçalves de Faria e Maria João Mendes Barata, técnicas superiores principais do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assessor, do mesmo quadro, com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exoneradas da anterior categoria a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Despacho (extracto) n.º 21 506/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Setembro de 2005 do inspector-geral do Trabalho:

Licenciadas Regina Maria Esteves Pimenta Bacelar de Mello, técnica superior principal do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e Maria dos Anjos Alves Tavares, técnica superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assessor do quadro de pessoal do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, ficando exoneradas da anterior categoria e quadro a partir da data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Eduardo Minga Jerónimo*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga

Despacho n.º 21 507/2005 (2.ª série). — Por despacho do vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 17 de Agosto de 2005, proferido por delegação:

Licenciado João Paulo Ferreira Fernandes Cardoso dos Reis, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — transferido, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, a afectar ao Centro Distrital de Segurança Social de Braga, ficando exonerado do quadro de pessoal e serviço anterior a partir da data de assinatura do termo de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Setembro de 2005. — A Directora, *Maria do Carmo Antunes da Silva*.

Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, I. P.

Despacho (extracto) n.º 21 508/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Setembro de 2005 do presidente do conselho directivo do Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, I. P.:

Maria Leonor Estevens de Rala Figueira, Manuel António Cordeiro Pereirinha Balala e Maria Irene Carvalho Nascimento, técnicos superiores principais do quadro do ex-Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho — nomeados, precedendo concurso, assessores afectos ao Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, I. P., com efeitos a partir da data do despacho, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do CPA, ficando exonerados da anterior categoria a partir da mesma data.

Goreti Leitão Afonso, assessora do quadro da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que se encontra requisitada na Direcção de Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, e José Filipe Madeira Marques, técnico superior principal afecto ao quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública — nomeados definitivamente na categoria de assessores afectos ao Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, I. P., com efeitos a partir da data da aceitação do lugar, ficando exonerados do anterior quadro a partir da mesma data.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Setembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Bruno Silva Barbosa Gaspar*.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 792/2005. — Pelo despacho conjunto n.º 295/2005, de 16 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 8 de Abril de 2005, foi aprovado o Regulamento para a Atribuição de Financiamentos no Âmbito da Acção IV.1.2, «Projectos Inovadores no Ensino Superior», no Âmbito da Medida IV.1, «Qualificação no Ensino Superior», integrada no eixo prioritário IV, «Ciência e Ensino Superior», do Programa Operacional Ciência e Inovação — 2010, do III Quadro Comunitário de Apoio — QCA III.

Torna-se, contudo, necessário proceder a uma alteração do referido Regulamento, nomeadamente pela necessidade de potenciar os seus objectivos específicos, implicando maior envolvimento da Direcção-Geral de Ensino Superior na selecção e avaliação dos projectos.

Assim, sob proposta do gestor do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010, ouvido o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e consultados os parceiros sociais, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, e do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 12-A/2000, de 15 de Setembro, determina-se o seguinte:

Artigo 1.º

Alterações ao despacho conjunto n.º 295/2005, de 16 de Fevereiro

Os artigos 6.º, 7.º, 8.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º e 26.º do despacho conjunto n.º 295/2005, relativo à acção IV.1.2,